

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

ILHA SOLTEIRA.

Um caso típico de povoamento e urbanização (*)

(Resumo).

JOSÉ OSCAR BEOZZO.

da Faculdade "Auxilium" de Filosofia de Lins (SP).

No trabalho examinamos a exigência trazida pela construção de grandes hidroelétricas, em locais afastados de centros de povoamento, capazes de servir como núcleo de apoio à construção das obras e de alojar a mão-de-obra aí empregada.

Em obras de pequeno porte utiliza-se normalmente a solução do "acampamento de obras", simples alojamento provisório para os operários.

Em obras de grande porte, como a de Paulo Afonso, esta solução não foi mais possível e a CHESF construiu no local uma cidade para permitir os trabalhos da barragem.

No caso que nos interessa, o do conjunto de Urubupungá, a questão colocou-se de modo mais agudo, dado as dimensões da obra: *Jupia* projetada para 1.200.000 KW de capacidade instalada e *Ilha Solteira* para 3.400.000 KW, constituindo assim o maior complexo hidroelétrico do hemisfério sul.

Deparamo-nos aí, com duas soluções diferentes utilizadas sucessivamente pela CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá) e pela CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) que a substituiu em 1966.

Para *Jupia*, a CELUSA construiu uma *cidade provisória*, a Vila Piloto de Jupia, que chegou a abrigar uma população de 15.000 pessoas, 8.000 das quais operários da barragem, sendo as demais familiares e dependentes. Este núcleo, uma vez concluídas as obras

(*) — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe B 1, no dia 6 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

de *Jupia*, foi desmontado. Os protestos que tal atitude provocou, além do porte da nova obra a ser iniciada, levaram a CESP a projetar para a barragem de *Ilha Solteira*, a construção de uma cidade definitiva, podendo abrigar umas 40.000 pessoas. Assim nasceu *Ilha Solteira* em 1968, em terras do Município de Pereira Barreto, chegando a abrigar em fins de 1971, perto de 32.000 habitantes, 12.000 dos quais operários da barragem.

Ilha Solteira, dotada de amplas avenidas arborizadas, com 5.276 casas, com 10.267 alunos frequentando suas escolas, com 176 casas comerciais (dados de 1972), possui uma invejável infra-estrutura urbana em termos de água, luz, esgoto e um sofisticado equipamento social e cultural que vai desde a medicina preventiva aplicada à toda a população, até amplas instalações de lazer público e recreação.

A esta pujança, tanto material, pois a cidade possui a melhor renda “per capita” do Estado de São Paulo, quanto cultural e social manifestada em suas escolas, igrejas e associações, correspondem duas fraquezas institucionais:

1. Toda a vida econômica da cidade é dependente quase que exclusivamente de uma única fonte de emprego: as obras da barragem, com inserção mínima no tecido econômico da região circundante. Com o encaminhamento das obras para o seu término quase completo em fins de 1976, profila-se no seu horizonte a ameaça de decadência e extinção, caso não se encontre uma saída para a sua sobrevivência econômica. A operação da usina exigirá o concurso de apenas 200 técnicos, em lugar dos 15.000 empregados na sua construção.

2. A cidade padece de uma total ausência de vida “política”. Os seus habitantes são muito menos “*cidadãos*” e muito mais “*empregados*” das construtoras. A dispensa do emprego na barragem implica automaticamente na saída do barrageiro de sua casa e da cidade e o abandono da escola pelos seus filhos. Todo o poder de decisão está concentrado nas mãos da própria CESP, sem nenhuma participação, nem dos operários, nem das associações de classe como a Associação Comercial, nem dos grupos culturais ou religiosos. Não há na cidade nem Prefeitura nem Câmara Municipal, mas apenas uma Administração especial ligada à CESP.

Sob este ponto de vista, a cidade não é uma cidade mas um simples acampamento de obras gerido e governado pela empreiteira da obra.

A nossa conclusão é que uma cidade é bem mais do que um aglomerado humano, ainda que numeroso e dotado de todos os serviços e equipamentos urbanos. Uma cidade exige para sua vida e sobrevivência, condições de ordem econômica, jurídica e social e sobretudo condições de ordem política, assegurando aos seus cidadãos um mínimo de participação na vida pública, através do exercício de sua cidadania.

* * *

*

INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a *Lucinda Coelho* (IFCS/UFRJ).

Pergunta:

“1. — O que motivou a construção de duas barragens relativamente próximas, em termos de necessidade?”

2. — Tendo em vista a continuidade futura, qual a situação das cidades: Vila Piloto e Ilha Solteira? Qual delas teria maior possibilidade de sobrevivência?”

*

Do Prof. *Ademar Martins* (UEMT. Três Lagoas).

Pergunta:

“Planejamento com a realidade.

Jupia _____ V. Operários (1.000 operários)

Ilha Solteira _____ (? operários).

*

Da Prof.^a *Helena Pignatari Werner* (PUC. São Paulo).

Pergunta:

“Quando da dispensa dos operários que vieram da zona rural, como fica a situação deles? Valtarão para o campo?”

* * *

*

RESPOSTAS DO PROFESSOR JOSÉ OSCAR BEOZZO.

À Prof.^a *Lucinda Coelho*.

“1.) — A construção de duas barragens foi determinada por razões de ordem técnica e econômica. Melhor aproveitamento do

desnível relativamente modesto do Rio Paraná aliado ao seu grande débito, possibilitando a criação de grandes lagos para a alimentação das turbinas.

2.) — Vila Piloto não existe mais e Ilha Solteira depende da criação de condições econômicas (criação de mercado de trabalho alternativo ao da construção da usina), jurídicas, sociais e políticas para sua sobrevivência.”

*

Ao Prof. *Ademar Martins*.

Responde:

“Ilha Solteira necessitará apenas de 200 operários para a sua operação.”

*

À Prof.^a *Helena Pignatari Werner*.

Responde:

“O retorno para o campo está sendo praticamente lento por várias razões:

a). — urbanização da área circundante, que aumentou pela presença de Ilha Solteira que acelerou o êxodo rural;

b). — o lavrador, depois de uma experiência mais ou menos longa de trabalho não agrícola, mas técn.co-industrial, com outros níveis de salário e aprendizado de uma profissão, não retorna mais à zona rural. Prefere emigrar para o Grande São Paulo;

c). — incapacidade da zona rural absorver esta mão-de-obra pela transformação generalizada das lavouras (café, algodão), em pastagens.”